

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### A RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NA SOCIEDADE

#### Autor(es)

Thiago Luiz Sartori  
Gerson Messias Albim Nogueira  
Hellen Beatriz Da Silva Mendes  
Gleide Fernandes De Queiroz

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

#### Introdução

O presente trabalho visa a análise da religiosidade no ambiente prisional, como meio de concorrer para a ressocialização do apenado à sociedade.

A assistência religiosa, consta no ordenamento jurídico pátrio da Constituição Federal de 1988, na Lei nº7.210/84, na Lei de Execução Penal, na Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária, na Resolução nº 8, que demonstra como devem ser seguidos os procedimentos na assistência nas unidades prisionais, na Lei federal nº 9.982/00 que permite aos religiosos essa prestação de assistência, como alternativa eficaz para a reintegração do apenado.

A religiosidade na rede prisional, favorece ao apenado a entender melhor de sua situação atual no contexto do cometido e a entender a forma de libertar-se daquele ato, permitindo desse modo a sua reintegração na sociedade com uma vida melhor do seu cotidiano familiar, se assim for seu desejo.

#### Objetivo

O objetivo desse artigo, é provar a eficácia e a importância da assistência religiosa no contexto de vida tanto na esfera prisional, quanto fora dela; cujo objetivo primordial é a reintegração do apenado a sociedade , com apoio do Estado, favorecendo um futuro promissor digno, distanciando da criminalidade.

#### Material e Métodos

O presente artigo, foi consequência de uma exaustiva coletânea de artigos científicos, bibliográficos, de abordagem do estudo da introdução, da religiosidade no âmbito do sistema carcerário brasileiro; com uma visão crítica, fundamentada e garantida no ordenamento jurídico brasileiro. Sempre na observância genérica da religiosidade e no ordenamento jurídico do estado laico e de direitos fundamentais, assim como, a busca de uma imparcialidade sem discriminação a qualquer religião.

#### Resultados e Discussão

Fizemos uma abordagem em linhas gerais do estudo bibliográfico sobre a religiosidade no sistema prisional brasileiro, como um dos métodos de ajuda na reintegração do apenado, independente do crime cometido e,

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



respeitando sempre sua vontade própria na busca dessa ajuda, afim de que em futuro próximo possa, quando de sua saída definitiva do sistema prisional, se reintegre a sociedade e essa possa assim receber-lo.

O principal objetivo deste trabalho, frente ao explanado, é demonstrar a importância da religião no sistema prisional, na reabilitação do apenado e a sua relação a prática da criminalidade, a fim de que possa ao término de sua pena, ser acolhido pela sociedade com dignidade e dando maior ênfase ao seu retorno com expectativa de um futuro promissor, distante do fator que determinou seu crime.

### Conclusão

Portanto, uma adequada assistência religiosa realizada ao apenado, é de grande valia para sua recuperação e reintegração à sociedade. A prestação religiosa, pode ser considerada como um direito fundamental nessa recuperação do apenado. A religiosidade ajuda a enaltecer os valores humanos, o respeito, o amor ao próximo, fortalece a socialização, o bem-estar social para si e para a sociedade; assim como ao Estado, pela segurança social e financeira pública.

### Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm) Acesso: 22 de mar. 2024.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei 7210 de 11 de Julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm#:~:text=Da%20Assist%C3%A1ncia%20Religiosa-,Art.,apropriado%20para%20os%20cultos%20religiosos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm#:~:text=Da%20Assist%C3%A1ncia%20Religiosa-,Art.,apropriado%20para%20os%20cultos%20religiosos). Acesso 21 de mar. 2024.

PEREIRA, Jeferson Botelho. Religião e prevenção criminal: O papel do Ginter na prestação de assistência religiosa e de controle social no sistema prisional do Espírito Santo. Jus.com.br, [s. l.], 21 mar. 2024. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/95961/religiao-e-prevencao-criminal>. Acesso: 21 mar. 2024